



METROPOLE SSA-BA

17 NOV 2022

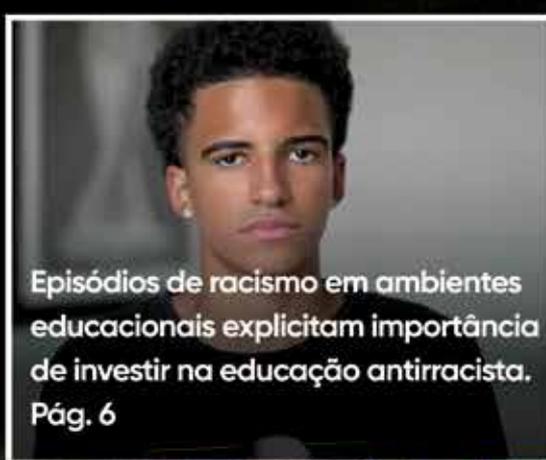
ESPECIAL DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA • ESPECIAL DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA • ESPECIAL DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Uma por todas, todas por uma

Como mulheres negras - dos municípios onde são absoluta maioria na Bahia - estão liderando e lutando pelos direitos umas das outras. Pág. 4 e 5



A voz poderosa de Livia Vaz - Artigo da promotora de Justiça debate espaço da mulher negra numa sociedade racista e patriarcal. Pág. 3



Episódios de racismo em ambientes educacionais explicitam importância de investir na educação antirracista. Pág. 6



Marte Um, de Gabriel Martins, é primeiro filme de diretor negro indicado pela comissão brasileira à seleção do Oscar. Pág. 13

WWW.METRO1.COM.BR

Um novo tempo, apesar dos racistas

Se queremos construir um Brasil mais igualitário, já estamos atrasados, mas vamos à luta. Há muito trabalho pela frente

Texto **Nardele Gomes**

nardele.gomes@radiometropole.com.br

Há quem diga por aí que não existe racismo no Brasil. Cinismo? Estupidez? Negação da realidade? Um pouco de tudo isso, talvez. A grande verdade é que o Brasil não é só um país racista; somos um país viciado em racismo.

A sociedade brasileira está estruturada numa lógica racista, forjada por um longo período de escravidão. Em sua trilogia sobre o assunto, o historiador e escritor Laurentino Gomes desenha pra nós a realidade e as características da escravidão no Brasil, tida por alguns como menos cruel do que em outros países, como os EUA. Em entrevista à Metrópole em agosto deste ano, na ocasião do lançamento do terceiro livro da série, ele desconstruiu essa ideia.

“O Brasil criou o mito de que a escravidão brasileira foi boazinha, patriarcal, benévola, e que o resultado foi uma grande e exemplar democracia racial. Quando você estuda os documentos históricos, você observa que a escravidão no Brasil foi tão cruel quanto a americana”, disse.

Laurentino Gomes falou também sobre o legado da escravidão no país. “Temos um Brasil injusto, desigual, de relações escravocratas. Qualquer pessoa que tenha um olhar honesto sobre o Brasil deveria se incomodar profundamente, não deveria dormir em paz à noite”.

Pra desfazer a estrutura escravista que rege muitas das relações sociais no Brasil, e para que pessoas pretas tivessem que matar menos leões por dia pra conquistar espaços, os brancos precisariam perder muitos de seus privilégios. E uma coisa que a elite branca brasileira não está disposta a fazer é abrir mão de privilégios.

A elite que diz que “não existe racismo no Brasil” é a mesma que se incomoda com a política de reparação da Lei de Cotas e com os direitos adquiridos pelas empregadas domésticas. Quem irá servi-los nas férias da “menina que trabalha lá em casa”? Como aceitar que um jovem negro que veio da escola pública “tire a vaga de Junior” por causa das cotas? Não foi fácil sentar ao lado de uma pessoa negra no avião naquela viagem à Disney, uma farrá desenfreada, denunciada pelo já quase

ex-ministro da Economia, Paulo Guedes.

A elite brasileira é racista. Viciada nos privilégios do racismo. Zero disposição a abrir espaços. Mas do outro lado está um povo que aprendeu a resistir e está decidido a avançar, apesar dos pesares.

Nesta edição do Jornal da Metrópole você vai conhecer personalidades negras na Cultura, Política e Esporte. Vai ler um artigo sobre Feminismo Negro assinado pela Promotora Livia Santana Vaz, reconhecida em 2020 como uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo. Acompanhar a trajetória de mulheres negras que revolucionaram a Ciência, a Música e o Cinema. Conhecer o primeiro diretor negro a representar a corrida do Brasil por um Oscar e aprender sobre como uma educação antirracista pode construir uma sociedade menos segregadora.

Racismo não é um problema do povo preto. É um problema dos brancos. O ano é 2022 e parecemos viver com muitos séculos de atraso. Há muito a se fazer. Começemos a agir.



Publisher **Editora KSZ**
Diretor Executivo **Chico Kertész**
Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
Editor de Arte **Paulo Braga**
Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**

Redação **Christina Miranda, Cristiele França, Danielle Campos, Gabriel Amorim, Geovana Oliveira, Luciana Freire, Luísa Carvalho, Madson Souza, Nardele Gomes e Rodrigo Daniel Silva.**
Revisão **Redação**

Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambúes CEP 41100-010
Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000



Eu, mulher negra, não sou sujeito universal!

Livia Sant'Anna Vaz

Promotora de Justiça do Estado da Bahia, autora de 2 livros e uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo (Mipad, 2020)

ARTIGO



METROPOLE

“Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa.”
Grada Kilomba

Numa sociedade estruturada pelo racismo patriarcal, raça e gênero são dois dos principais marcos imediatos de identificação – mas também de subalternização social – de uma pessoa. A forma como as opressões do racismo e do sexismo se interseccionam para produzir vulnerabilidades específicas contra mulheres negras nos remete à frase de Grada Kilomba acima transcrita.

A mulher negra ressalta suas identidades de raça e de gênero para – a partir dessa encruzilhada identitária, marcada pelo duplo fenômeno do racismo e do sexismo – lutar por seus direitos. A mulher branca, num contexto no qual a concepção de gênero é racializada, representa o padrão do que é ser mulher. Para proteger e promover seus direitos, ela sobreleva apenas sua identidade de gênero – origem da sua subjugação –, sem se racializar, já que sua raça enuncia o privilégio da sua branquitude. O homem branco, por sua vez, autoafirma-se uma pessoa. Ele “não precisa” se identificar, nem quanto ao gênero, nem quanto à raça, uma vez que representa a norma e a normalidade, o paradigma do sujeito de direito, a encarnação do sujeito universal.

Esse exclusivismo da branquitude androcêntrica ainda opera em grande medida nas ciências jurídicas, focadas numa concepção universalizante e homogeneizante, convenientemente míope às diferenças e às identidades que historicamente subalternizam determinados grupos sociais.

A formulação cartesiana “penso, logo existo”

constitui o grande alicerce da razão moderna, ao elevar o modelo de pensamento de tradição europeia ao status de conhecimento científico universal, consolidando-o como o único modo legítimo de produção do conhecimento. Se para existir o sujeito deve pensar conforme essa lógica cientificista – que inaugura um dualismo entre corpo e mente – aquela/e que não pensa nos moldes estabelecidos por esse paradigma de racionalidade, simplesmente, não existe.

Desse modo, nega-se capacidade de razão e, conseqüentemente, humanidade aos “outros”, em oposição ao “eu” que, sendo um ser pensante, é digno de existência e dotado de humanidade. O homem europeu afirma-se, então, como o ápice evolutivo no caminho linear da espécie humana, universalizando suas particularidades e tornando as particularidades dos seres variantes fundamentos para a dominação destes.

Alteridade – do latim *alteritas* – designa a natureza ou condição do outro; daquele que, a partir de uma relação de contraste, é tido como distinto, diverso, destoante do padrão de normalidade. Na realidade, essa suposta prática da alteridade revela relações de poder, nas quais o “eu” – ser central e universal, cuja posição de privilégio é garantida – detém a autoridade para outrificar o diferente – ser periférico e desviante –, delimitando o seu lugar no Direito.

Nessa lógica excludente, “não sendo nem branca, nem homem, a mulher negra exerce a função de o ‘outro’ do outro”, sendo relegada a um locus de especial subalternidade. Em poucas palavras, eu, mulher negra, não sou sujeito universal. E, na atual e persistente estrutura racista e sexista do sistema de justiça brasileiro, cabe a esse sujeito universal – encarnado pelo homem branco, heterossexual e cristão – definir o meu lugar no Direito.

Para mulheres negras – que somam 28% da po-

pulação brasileira, sendo, portanto, o maior grupo sociorracial do Brasil –, esse lugar tem sido de silêncios e silenciamentos; de naturalização de ausências e de contagem de corpos. Existe um silenciamento sobre o feminicídio negro, “compreendido como categoria analítica e como fenômeno social que abrange violências físicas, existenciais e simbólicas, de natureza sistêmica e historicamente estabelecidas, e que atinge mulheres negras porque são mulheres e porque são negras”.

Não é à toa que nunca tivemos uma mulher negra no Supremo Tribunal Federal, por exemplo. Apenas mais um dos espaços de poder em que se naturalizou a nossa ausência. Ouso dizer que não são as mulheres negras que precisam desses espaços. Antes, são estes, sobretudo o sistema de justiça, que precisam das mulheres negras! Do olhar especial que essas mulheres possuem para a diversidade e, portanto, para a democratização das instituições e, conseqüentemente, para a construção de uma justiça pluriversal. Isso porque, conforme nos lembra Angela Davis, as mulheres negras, para compreender o seu lugar na sociedade, precisam compreender os demais grupos – homens negros, mulheres brancas e homens negros – o que faz com que elas possuam grande potencial transformador da estrutura social.

Se é apenas como sujeitos (de direito) que podemos falar, é chegada a hora de erguermos nossas vozes, para estabelecermos nossa própria identidade, definirmos nosso próprio lugar no Direito, narramos nossas próprias histórias. Não como outridades do universal, mas como partes de uma humanidade pluriversal que valoriza os saberes das nossas ancestrais e emerge da conjunção do ontem, do hoje e do porvir, reunindo (re)existência e esperançar.

(Confira o artigo na íntegra em [Metro1.com.br](https://metro1.com.br))

METROPOLE



Nossa cor

Jornal da Metropole conta histórias das três cidades com maior proporção de mulheres negras da Bahia; apesar de histórico, movimento negro ainda tem longa trajetória

Texto Geovana Oliveira

geovana.oliveira@radiometropole.com.br

Em janeiro deste ano, Denise Bento do Nascimento largou o trabalho como balconista em uma farmácia na cidade de Terra Nova, no recôncavo baiano, e decidiu iniciar um novo projeto: ajudar meninas e mulheres da cidade a assumirem a própria negritude. Com uma população estimada de 13 mil pessoas, Terra Nova tinha em 2010 quase 48% da população composta por mulheres negras. O município, de acordo com o IBGE, é o que tem a maior proporção de mulheres pardas e pretas de toda a Bahia — onde 80% das mulheres são negras.

A prefeitura da cidade, entretanto, não tem nenhum projeto voltado ao apoio dessas mulheres, que têm os piores índices sociais do país. Foi por isso que Denise, de 36 anos, nascida na comunidade do Alto, fundou o “Nossa Cor”. “Minha mãe trabalha com doações de sopa, de roupas, e desde meus 15 anos a gente ajuda ela. Aí eu fui vendo que a necessidade não é só de alimentação, as meninas precisavam

de oportunidade de mudança. Vi a necessidade de fazer um projeto para abraçar... mostrar que elas podem se empoderar”, conta a microempreendedora.

Segundo estatísticas, as 25 meninas e mulheres negras entre 10 e 63 anos que hoje fazem parte do grupo Nossa Cor têm maiores chances de viver em situação de trabalho precária, integrar a parcela pobre da sociedade, passar fome, não encontrar um emprego, não completar a escolarização e até de serem vítimas de feminicídio. Isso comparadas a mulheres e homens brancos, além de homens negros. “A trajetória é grande, mas eu sou insistente”, diz Denise.

INSISTÊNCIA

No dia 10 de janeiro, Denise abriu uma loja de roupas e acessórios afro. Um mês depois, tinha as duas primeiras participantes do projeto. Inspirado no Didá, a banda musical de percussão exclusivamente feminina de Salvador, o Nossa Cor oferece aulas de percussão e dança. “Chamo as meninas para tirar fotos na lojinha,

aí eu começo a plantar a sementinha de chamar para poder participar das atividades do grupo, das palestras e apresentações”, conta a líder comunitária.

O próximo passo, segundo Denise, é incluir cursos profissionalizantes, mas para isso ainda precisa de ajuda. O projeto é sustentado com o recurso das vendas de roupas e acessórios, que tem como modelos as meninas do grupo Nossa Cor.

“É muita coisa que eu sonho, não só para elas, mas também para as mulheres, porque a gente está exposta a tudo e não tem apoio de nada”, afirma a líder comunitária. “Eu comecei a me entender como mulher negra aos 18 anos, porque eu não me conhecia e não me valorizava como uma mulher negra. A gente não é nem educada para se conhecer”, completa.

Em agosto, Denise organizou uma viagem para Salvador com as mulheres do Nossa Cor. “Foi um momento maravilhoso. A gente está conhecendo um pouco melhor a nossa cultura, resgatando nossas raízes. Eu tô começando agora, sou nova. Tô começando a desbravar tudo”, diz.

Nossa história: mulheres fumageiras

O Sindicato da Indústria de São Gonçalo dos Campos guarda uma ata de 1960. Nela, Dona Maria Adélia questiona por que algumas de suas companheiras, que se sentavam na escolha de fumo junto aos homens e davam a mesma produção, recebiam 70 cruzeiros, enquanto os homens ganhavam 120.

Nessa época, mulheres negras eram responsáveis por boa parte do trabalho na produção do fumo, que deu identidade à região. A resposta recebida, entretanto, foi que “era essa quantia para mulher”.

A historiadora são-gonçalense Rosana Falcão Lessa escreveu um livro sobre o protagonismo das mulheres fumageiras na cidade. “Apesar de todas as estruturas tentarem marginalizá-las, elas estavam o tempo todo resistindo. Iam se reconstruindo, forjando seu sentido de dignidade, de família e humanidade”, conta a doutora em História.

O primeiro Censo, feito em 1871 pelo

IBGE, aponta que o maior número de mulheres e população negra estava em São Gonçalo, por ser o campo de plantação de fumo. “Isso dava um afastamento da vinculação de subalternidade que a lógica escravista impunha. Elas [mulheres fumageiras] podiam gerir seu tempo longe do que o estado esperava. Por isso você vai ver uma grande quantidade de mulheres negras [na cidade]”, explica Lessa.

No último Censo, de 2010, a cidade era a segunda da Bahia com maior proporção de mulheres negras. “Uns amigos [do Rio de Janeiro] que sempre vêm me visitar em São Gonçalo, nas festas da cidade, falam que estão em Wakanda [reino fictício do filme Pantera Negra]”, diz Rosana.

Segundo Rosana, em 1960, as mulheres fumageiras sabiam das injustiças que sofriam e procuravam formas de resistir e compensar as perdas pelas quais passavam. Apesar de totalmente reprimidas, as operárias que andavam pelas ruas de

São Gonçalo com trouxas de fumo na cabeça reivindicavam seus lugares sociais. “Essa relação de passado e presente você vê de forma bem latente. Na minha tese, encontrei um documento em que as mulheres negras diziam que o trabalho que elas estavam exercendo era para elas consolidarem algo no futuro. Elas realizavam visualizando um futuro maior de possibilidade para os seus mais novos”, diz a historiadora.



ESPECIAL



METROPOLE

Trabalho de formiguinha

* Nome fictício a pedido da entrevistada

“Teve a Conferência de Saúde e o secretário não queria ler algumas questões em relação à saúde da população negra. Aí eu pensei: “Não faz sentido, nós somos a maioria””, diz Dandara*, moradora de Governador Mangabeira. Após anos na militância negra da região, a mulher ainda se surpreende com a dificuldade de abordar temas em relação a raça e gênero na terceira cidade com maior proporção de mulheres negras da Bahia.

No recôncavo baiano, Governador Mangabeira tinha 47,4% da população composta por mulheres negras em 2010. A atual gestão da cidade de 20 mil habitantes, porém, não tem nenhuma ação contínua voltada para as mulheres negras. A Secretaria Municipal de Políticas Especiais (Sempe), implantada no último ano, alega ser relativamente nova e ainda estar atualizando

os dados para pensar em ações específicas para a demanda.

Em julho do último ano, a Sempe realizou a exposição “Mulher negra e a sua relação com a sociedade”, em que espalhou fotos de mulheres negras de Governador Mangabeira pela cidade durante dois dias. “No primeiro dia, as fotos de mulheres negras mangabeirenses ficaram expostas na praça de Quixabeira, com o intuito de que todos que passassem pelo local tivessem o prazer de apreciar e no segundo dia, a exposição foi apreciada na Praça Castro Alves, aqui na sede”, diz publicação da pasta na época.

Em outro momento, a cidade também ofereceu curso de tranças africanas para meninas. Mas Dandara* considera pouco. “É fundamental e importante elas se perceberem como mulheres negras e perceberem quais são

nossas necessidades”, afirma. “Tento fazer um trabalho de formiguinha”.

É fundamental e importante elas se perceberem como mulheres negras e perceberem quais são nossas necessidades

Dandara*

Moradora de Gov. Mangabeira

Uma luta por educação e amor

Episódios de racismo em ambientes educacionais levantam o debate sobre a importância de uma educação antirracista. Escola baiana foi premiada por iniciativas de inclusão

Texto Gabriel Amorim
gabriel.amorim@radiometropole.com.br

“Sou um dos poucos negros em uma escola repleta de brancos. Preciso criar essa consciência”. As palavras são do adolescente Antônio Cremasco, de 15 anos, que no início do mês tomou os noticiários nacionais após ser alvo de ataques racistas. O adolescente foi atacado depois de denunciar colegas que, para protestar contra o resultado das eleições presidenciais, usaram símbolos ligados ao nazismo e ofensas racistas. Indignado, o jovem protestou e levantou uma importante discussão: falar sobre o racismo nos ambientes de educação.

Se o caso do jovem, que aconteceu em uma escola de elite em São Paulo, chamou atenção de todo o país, não é difícil encontrar outros relatos do tipo em escolas espalhadas pelo Brasil. Também em São Paulo, uma professora foi chamada de ‘macaca’ por alunos que escreveram o termo em uma lista de presença. Na Bahia, em novembro passado, uma aluna do Colégio Portinari foi vítima de insultos em

um grupo de mensagens, apenas para citar alguns casos. A facilidade de encontrar denúncias de racismo traz consigo outros questionamentos: como mudar a realidade? Como fazer e qual a importância de pensar uma educação antirracista?

Pela amplitude das questões, as respostas estão longe de serem simples e de estarem esgotadas. Os esforços neste sentido, no entanto, já acontecem e, na Bahia, receberam inclusive prêmios. É o caso da Escola Maria Felipa, criada pela professora Bárbara Carine Soares, e que venceu, em outubro, o Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero: criado para identificar, apoiar e disseminar boas práticas pedagógicas e de gestão escolar antirracistas em todo o Brasil.

ACOLHER A DIVERSIDADE

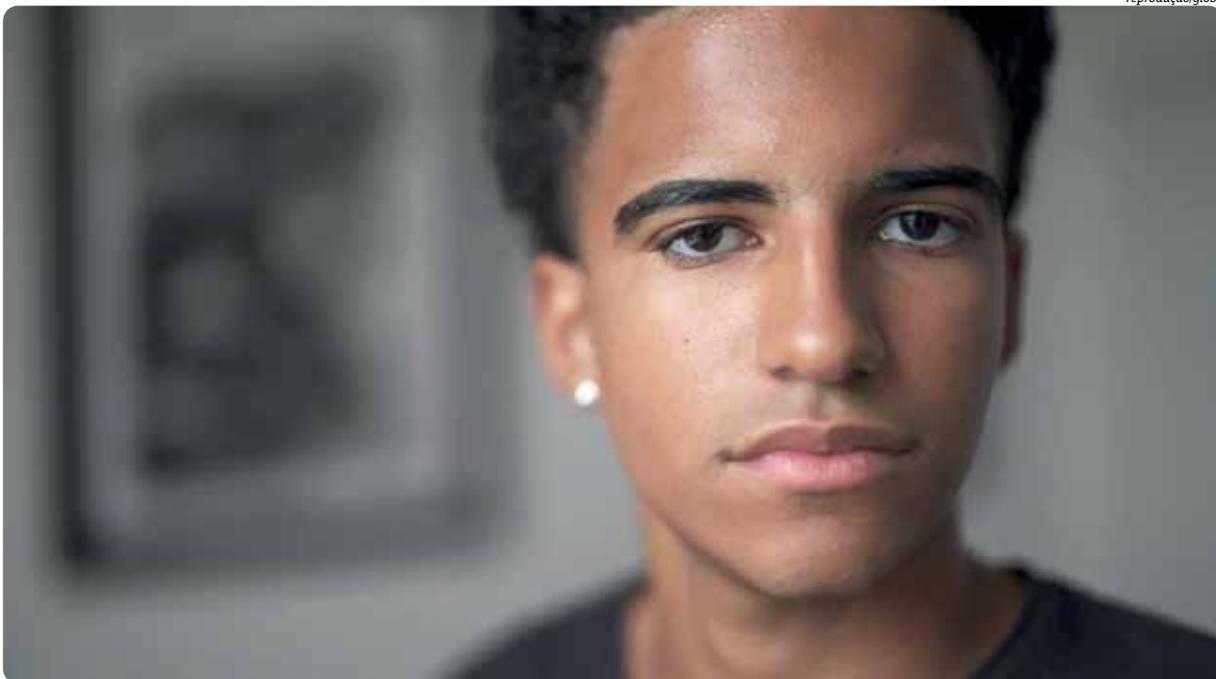
Em entrevista ao Ai Vêm Elas, da Metropole, a professora, que também é docente do curso de química da Universidade Federal da Bahia (Ufba), falou da importância de investir em uma educação antirracista. “Quando eu pensei na escola, pensei em

uma educação emancipadora. A intenção era não educar dentro de uma ótica eurocentrica, que é o que acontece geralmente, que diz que as pessoas pretas surgiram da escravidão, que só a Europa produz, que as pessoas pretas não ocupam espaços de direção”, explica a educadora. Para Bárbara, é papel da escola criar um ambiente diverso para a educação das crianças. “A ideia é construir uma noção de diversidade através da própria diversidade que está no mundo. A escola não precisa criar diversidade, só precisa acolher”, defende.

Entre as iniciativas que fazem parte de uma educação antirracista, estão ideias simples como montar um calendário de datas importantes para a cultura afrocentrada e incentivar a representatividade. “O estudante tem uma sensação de pertencimento, de se ver representado nos livros de história, nos espaços e murais da escola, ouvir histórias positivas de pessoas que são como ele”, explica a professora Cristiane Coelho, da equipe de direção da Maria Felipa. A educadora defende que os espaços de educação precisam sim ser vistos como espaços de combate ao preconceito. “Esse preconceito existe desde pequeno, está até no tratamento dado aos cabelos das crianças, por exemplo. É preciso que, desde cedo, se fortaleça a identidade das crianças pretas”, defende.

Ter sua identidade fortalecida dentro de casa foi, inclusive, o que fez com que, aos 15 anos, Antônio se fizesse ouvir. Com a repercussão do caso, o estudante recebeu pedido de desculpas dos colegas que o atacaram. “Eu aceito as desculpas. Não sinto ódio nem raiva de ninguém. Luto pela justiça, não estou lutando pelo ódio. Eu luto pelo amor”, disse o jovem entrevista exibida no programa Fantástico.

reprodução/globo



Fé e resistência

Mesmo diante de casos de preconceito e racismo religioso, adeptos das religiões de matriz africana resistem cultuando as forças da natureza

Texto **Cristiele França**

cristiele.franca@radiometropole.com.br

Ajoyê. Ekede, confirmada há 28 anos. Ainda assim, na hora de escrever sobre as religiões de matriz africana, me pergunto por onde começar. Isso por que, de acordo com as concepções africanas, a palavra é regida pelo fogo, tanto pode queimar, quanto aquecer. Por isso, preciso primeiramente falar sobre duas palavras que, muitas vezes, impedem que se compreenda o que de fato vem a ser as religiões afro-brasileiras: o preconceito e o racismo religioso.

A palavra preconceito é formada por duas partes: pré, que dá ideia de algo anterior, antecedente; e conceito, aquilo que se entende ou compreende em respeito de algo. Sendo assim, o preconceito nada mais é que um conceito formado de forma prévia ou antecedente à constatação de como realmente as coisas são. O racismo religioso é um conjunto de práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio pelas religiões de matriz africana e seus adeptos, assim como pelos territórios sagrados, tradições e culturas afro-brasileiras. Exemplos? Em Alagoinhas, no Ilê Axé Oyá L'adê Inan, um grupo de evangélicos foi para a porta gritando e batendo com bíblias no portão dizendo que "Satanás iria sair". Ou ainda os 100 quilos de sal jogados na Pedra de Xangô em Cajazeiras, local tombado como monumento natural, que faz parte da área também tombada do antigo Quilombo do Tatu.

Casos como estes – e muitos outros que noticiamos cotidianamente – poderiam ser evitados se o racismo que está entranhado em nós desse lugar ao conhecimento, sobre o que verdadeiramente se cultua nas religiões de matriz africana. Sem uma tradição marcada por um livro sagrado, como a bíblia, a torá e o corão, o culto aos Orixás chegou ao Brasil a partir da escravização de povos africanos em terras brasileiras,

que trouxeram consigo a prática de cultos religiosos comuns em todo o território africano. Na mitologia africana, os Orixás são, em geral, divindades que ordenavam o mundo, presentes, de maneira imanente, nas forças da natureza. Também voltada ao culto dessas divindades, mas com práticas diferentes do candomblé, o Movimento Umbandista surgiu no Brasil em 1908, mais precisamente no Rio de Janeiro e posteriormente foram surgindo outras denominações, como a quimbanda, o xambá e o Jarê, com algumas similaridades e diferenças entre si.

EXU NÃO É DIABO

Vale ressaltar ainda, que apesar da tentativa de demonização, não há relação entre as religiões de matriz africana com o diabo. Exú, comumente associado a essa "figura" do cristianismo, é o Orixá que tem o dom da palavra e faz a comunicação entre os seres humanos e as demais divindades, sendo o primeiro que deve ser agradado antes de qualquer ritual religioso. Tem características que são típicas da natureza humana, como a ambiguidade, pluralidade e disciplina e uma das suas atribuições é proteger os caminhos daqueles que o cultuam. Laroyê!

Com isso, ressalto a importância de se permitir conhecer a nossa religiosidade antes de emitir opiniões equivocadas ou baseadas em um preconceito. Se permita. Visite um terreiro e veja quantas histórias de amor e superação encontrará neste lugar. Quando somos iniciados, deixamos a nossa vida anterior pra trás e renascemos. Reaprendemos a andar, falar, comer, respeitar os mais velhos, pedir a benção aos irmãos. Respeitamos todos as forças da natureza, como os rios, as matas, sol, o ar, já que os Orixás são as representações desses elementos. Kosi Ewe, Kosi Orixá: ("sem erva, não há Orixá").

Sobre essa necessidade de combater

a satanização e o discurso epistemicida sobre as nossas vivências de Terreiros, o babalorixá, doutor em Semiótica e Linguística, professor Sidney Nogueira, destaca: "São tantos os milagres, renovação e restauração operados pela magia de Terreiro. Precisamos falar mais sobre isso. Subverter a ordem dada pelo racismo de que a cultura preta de Terreiro é sempre negativa. Não é. Ela é viva e inclui todos os desafios e superação de desafios da vida. O Terreiro me faz feliz e a magia de Terreiro me protege", pontuou o autor do livro 'Intolerância Religiosa, que faz parte da Coleção Feminismos Plurais de organização de Djamila Ribeiro.

ESPECIAL



METROPOLE



'Perdeu, mané'

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

As autoridades brasileiras em cargos de decisão e que exercem o poder de vigilância legal para frear os arroubos golpistas dos derrotados nas eleições não têm tido um minuto de paz. É nas redes, é nas ruas e até fora do país, como aconteceu, nesta terça-feira, em Nova York, nos Estados Unidos, onde ministros do Supremo Tribunal Federal estavam para participar de um evento. Os ministros Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e Roberto Barroso foram provocados e hostilizados na rua por brasileiros insatisfeitos com a derrota do presidente Jair Bolsonaro.

No Brasil, a turba golpista acampa, corre das barracas sob tempestade, ajoelha-se diante de quartéis nos feriados e faz vídeos para o Reels e o TikTok no melhor estilo jogral da quinta série, bem no tom 'batatinha quando nasce, se esparrama pelo chão', entoando louvores à pátria e à bandeira ameaçadas pelo fantasma do comunismo. No exterior, os talvez mais endinheirados se prostram nas imediações de hotéis e calçadas por onde circulam autoridades brasileiras em viagem e lá exercem seu maior talento: encenar cenas ridículas e constrangedoras.

Em Nova York, grupos de fãs de Bolsonaro xingaram Alexandre de Moraes e queriam a todo custo que o ministro Barroso desse conta de informações

que todo mundo sem perturbação mental já tem. Perguntavam sobre o código-fonte das urnas eletrônicas, coisa que eles desconhecem significado e função. Imagine se os ministros, chamados de ladrões e insultados na rua de um país estrangeiro, tivessem um pinguinho sequer da desfuncionalidade emocional de uma Carla Zambelli, que, incomodada com um eleitor de Lula nas ruas de São Paulo, sacou uma pistola e, alegando legítima defesa, saiu atrás do rapaz, invadindo espaços privados e cheios de gente.

O ABAJUR DA CANTORA

O ministro Barroso, com quatro palavras, inscreveu no anedotário nacional o conceito certo para esse povo que ignora fatos e realidade e quer manter o 'presidente em decomposição' no cargo após a derrota. Ao golpista que, para lacrar, encenava um desses vídeos que abastecem as fake news produzidas para os fanáticos do zap e perguntava sobre o código-fonte das urnas eletrônicas, o ministro resumiu, com a precisão da linguagem ágil dos cariocas, a condição do sujeito e de quem se comporta como ele: "perdeu, mané. Não amola".

Daqui a pouco aparece por aí uma biografia previsível do Mané de Nova York. Surpreenderá zero pessoas se for

um típico cidadão do bem, temente a Deus, armado, valentão disfarçado de CAC, com imagem de bandeira e citação bíblica no perfil das redes. Quem sabe até veremos fotos da casa com um abajur daquele da residência da cantora baiana, que tinha uma pistola como base e era ladeado, numa mesinha, por um exemplar da Bíblia Sagrada. Esse povo imprime o DNA ideológico e cognitivo em tudo e age e pensa de modo muito parecido.

E como é estranha a lógica desse povo. Primeiro, ignora a artrose dos joelhos e se ajoelha há dias na porta de quartéis, faz vigília em igrejas, não se conforma que seu private deus errou nas promessas e perdeu a eleição, corre as estradas, o país e até o mundo xingando ministros e não dá a mínima para o moribundo presidente derrotado que, a dois meses do encerramento do mandato, do cargo, abandonou o cargo e faz absolutamente nada na função. São capazes de espalhar versões estúpidas garantindo que Lula está morto e um sócio assumiu seu lugar. E o mito derrotado, a esposa casta que fala línguas em transe religioso e o filho vereador federal, estão como, fazendo que cosplay? E as emas do Alvorada, alguém garante que ainda não foram sacrificadas com coquetéis de concentrados sem eficácia contra a Covid? Acorda, mané. Vai pra casa. Perdeu.



A representação que engana...

ESPECIAL

Negros ainda sofrem com baixa presença nas esferas de poder e fraude em autodeclarações prejudicam crescimento do número de pessoas pretas e pardas no Legislativo e no Executivo



METROPOLE

Texto **Rodrigo Daniel Silva**
rodrigo.silva@metro1.com.br

Quem olha o registro da autodeclaração dos políticos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pode ficar com a impressão de que os negros estarão bem representados no Congresso Nacional. A bancada de deputados federais da Bahia, por exemplo, terá, na próxima legislatura, metade de parlamentares autodeclarados como pardos ou pretos. Mas os números podem enganar o observador menos atento.

Há dois anos, o TSE obrigou que os partidos políticos dividiam proporcionalmente recursos do fundo eleitoral entre candidatos negros. A imposição passou a valer a partir da eleição deste ano. A medida visou ampliar o número de pessoas pardas e pretas nos poderes Executivo e Legislativo. Entretanto, quando olhamos os dados da Justiça Eleitoral com cautela, percebemos que muitos atores políticos trocaram no registro a cor da pele para se beneficiar do fundo.

Na Bahia, cinco deputados reeleitos alteraram a autodeclaração entre a eleição de 2018 e o pleito deste ano. Félix Men-

donça (PDT), Elmar Nascimento (União), Cláudio Cajado (PP), Alice Portugal (PCdoB) e José Rocha (PL), que se autodefiniram como brancos na corrida eleitoral de quatro anos atrás, se registraram como pardos nesta eleição. Eles rechaçam a ideia de que a mudança da cor da pele teve como objetivo ganhar mais dinheiro para a campanha. A comunista justificou que se considera parda porque é filha de uma costureira branca e um homem mestiço baiano.

O certo é que, com essas burlas, os candidatos que realmente deveriam ser contemplados com o fundo eleitoral acabam prejudicados. A deputada estadual Olívia Santana (PCdoB) defende que o TSE institua uma comissão de verificação das autodeclarações para evitar fraudes. “É importante a gente desenvolver mecanismos que aperfeiçoem a distribuição do recurso, para garantir e validar o critério estabelecido”, disse ela.

Até porque o financiamento é considerado o principal entrave para a eleição de pessoas negras. Em 2014, as candidaturas pretas, pardas e indígenas não alcançaram sequer R\$ 100 mil em média, já para as brancas o valor foi de quase R\$ 270 mil.

Quatro anos depois, os brancos continuaram a receber o dobro de recursos. O escritor e ativista Hélio Santos ressalta como a fraude de políticas afirmativas atrapalha e diz que o país ainda permanece com baixa representação no Congresso de negros, que realmente sofrem devido à cor da pele.

“O maior contingente populacional é das mulheres negras, 28%. Em tese, nós deveríamos ter 144 deputadas negras. Estamos longe disso. Essa baixa representatividade em larga medida reflete o que acontece conosco”, afirmou ele, durante o programa Roda Viva.

Para ampliar verdadeiramente a representação de negros nas esferas de poder, há quem defenda a criação de cotas raciais. Autores do livro “Raça e eleições no Brasil”, os cientistas políticos Luiz Augusto Campos e Carlos Machado explicam a relevância desta medida. “Não visam incluir os supostos interesses pré-formados da população negra brasileira, mas possibilitar que político(a)s desse grupo traduzam suas experiências sociais em projetos políticos, processo historicamente obstaculizado pela negação do racismo estrutural brasileiro”, escreveram.

Negro sobre tela

41% das pessoas declaram ter sua autoestima e confiança impactadas por não se verem nos filmes, novelas e séries que consomem

reprodução/tv manchete



Texto **Luisa Carvalho**

luisa.carvalho@radiometropole.com.br

120 milhões de brasileiros são negros - se entendem como pessoas pretas ou pardas. O número equivale a 56% da população, de acordo com projeção do IBGE realizada em 2021. Apesar de não ser a pele alva que predomina entre os habitantes do Brasil, é essa a cor que costuma ser usada para representá-los na maioria das novelas produzidas aqui. 92% dos personagens das tramas que ganharam as telas das televisões do país entre 1984 e 2014 foram brancos, segundo pesquisa conduzida por grupo de estudos da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ).

Durante o primeiro semestre de 2022, dos 124 personagens principais e secundários presentes nas telenovelas inéditas da Rede Globo e da RecordTV, principais emissoras com produção de teledramaturgia do país, só 14% eram negros, de acordo com levantamento feito pela revista Veja. 'Além da Ilusão' e 'Quanto Mais Vida Melhor', da Globo, tiveram os melhores números, com oito atores negros em seu elenco cada (o número total de personagens era de 44 e 47, respectivamente). Já 'Pantanal', também da Globo, e 'Reis', da Record, contavam só com uma pessoa não-branca entre todos os atores escalados.

Ainda que sejam pequenos e estejam muito longe de corresponder à realidade brasileira, esses números já foram menores - ou até mesmo inexistentes. Foi só em 1996, em 45 anos de teledramaturgia brasileira, que a TV teve sua primeira protagonista negra: a Xica da Silva, interpretada por Taís Araújo em novela homônima da TV Manchete.

Embora pareça ilógico, essa não foi a primeira vez que um personagem negro assumiu protagonismo em novelas. 'A Cabana de Pai Tomás', de 1969, que contava a história do escravo norte-americano Tomás, trouxe o primeiro personagem principal negro. No entanto, ele era interpretado por um homem branco. Para dar vida ao escravo Tomás, o ator Sérgio Cardoso pintava o corpo com carvão de cortiça e fazia uso de uma mistura de cabelo com palha de aço. Ele também usava rolhas no nariz para alargá-lo e estereotipar ainda mais seus traços.

A obra também marca a estreia de Ruth de Souza em novelas. Considerada hoje uma das grandes damas da dramaturgia brasileira, ela era a parceira do personagem principal e o acompanhava em boa parte da trama. Mas ainda assim seu papel era deixado em posição secundária.

Representatividade importa?

Para quem se vê cotidianamente retratado e tem suas vivências contadas e legitimadas, buscar por mais representatividade pode parecer besteira. Mas não é. Dados mostram como as narrativas impactam na maneira de se entender e entender o outro na sociedade.

Nove em cada 10 pessoas concordam que a representatividade na televisão e nos filmes influencia a percepção que temos de determinados grupos, segundo pesquisa realizada pela Paramount Global em 15 países, incluindo o Brasil. Para 58% dos brasileiros, a falta de representação não tem só a ver com a ausência total de pessoas como elas na tela, mas se relaciona também a retratos imprecisos ou estereotipados.

O levantamento ainda indica que 23% das pessoas negras brasileiras sentem que são retratadas como criminosas e 24% como perigosas. O número é maior

que a média global para pessoas negras, respectivamente, de 18% e 16%.

A má representatividade tem seus efeitos. 41% dos entrevistados para o estudo informaram ter sua autoestima e confiança impactadas por não se verem nos filmes, novelas e séries que consomem e 60% declarou que isso os faz se sentirem sem importância, ignorados ou decepcionados.

Sem romantizar a presença da novela no imaginário do país, mas também sem reduzi-la apenas a alienante, é preciso reconhecer seu potencial de trazer à tona temas e discussões que ajudam a moldar ideias. Talvez, era por ter isso em mente que Ruth de Souza afirmava em entrevistas recusar papéis tolos. Ela se preocupava que suas personagens não fossem planas e soubessem pensar. Era uma forma de fugir da dinâmica a que mulheres negras são submetidas na teledramaturgia. Era sua maneira de garan-

tir que quem a assistia e fosse parecido com ela não duvidasse que também deveria ocupar espaços.

23% das pessoas negras brasileiras sentem que são retratadas como criminosas

ESPECIAL



METROPOLE



DA CONSULTA PEDIÁTRICA À CIRURGIA ROBÓTICA.

Um hospital completo, até no atendimento do seu plano.

Saiba mais em materdei.com.br

 **MaterDei** Hospital Salvador

Responsável Técnico: Dr. Edson von Suro CRM-BA 37.838. Sujeito a condições comerciais dos planos de saúde.

BOA NOVA



8 bilhões de problemas

James Martins

Nesta terça-feira (15), a ONU anunciou que, além de mim, existem outras 7 bilhões, 999 milhões, 999 mil e 999 pessoas na face da terra. 8 bilhões, certinho, comigo. Ou com você, a depender do ponto de vista. O fato é que é/que somos muita gente. E que, se uma pequena

parte habita a maçã do rosto da face da terra, e come tudo coberto com chantilly, a maioria passa metade do dia nas portas dos supermercados me pedindo um real pra inteirar um quilo de arroz ou uma caixa de remédio pra levar pra mãe ou pra filha que estão doentes em casa. Diante do número miraculoso, fiquei me perguntando se o fato de eu achar cada vez mais todo mundo parecido é vantagem ou desvantagem no plano geral.

Para a ONU, “esse crescimento sem precedentes” (havia 2,5 bilhões de habitantes em 1950) é resultado “de um aumento progressivo da expectativa de vida graças aos avanços na saúde pública, nutrição, higiene pessoal e medicina”. Pois para mim ecoaram as palavras oraculares do Grande Sertão: Veredas (sempre este livro magistral): “Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue,

de mil-e-tantas misérias... Tanta gente — dá susto se saber — e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...”

A União das Nações Unidas apontou também o desafio de equilibrar tantas cabeças (e barrigas, pulmões e genitálias) aqui dentro da bola azulada. O pior é que, pensando em aquecimento global, por exemplo, no dia em que cada um dos 8 bilhões tiver finalmente direito a seu próprio ar condicionado, aí é que a coisa pega fogo. O modo de vida dos que vivem melhor, comendo tudo ou quase tudo com chantilly, é o mais destrutivo para a própria vida no planeta. Sempre achei que a divisa “luxo para todos” era um equívoco. Talvez poético, mas sempre equívoco. Agora acho que são 8 bilhões de equívocos.



istock/getty images



SR Clínica Odontológica
Dra. Silvânia Rocha
cuidados que fazem a diferença

**ONDE VOCÊ VÊ
UM PROFISSIONAL,
EXISTE UMA EQUIPE
DE ESPECIALISTAS.**

**CLÍNICO GERAL,
CIRURGIA, DENTÍSTICA,
DTM, ENDODONTIA,
ORTODONTIA, ODONTOPEDIATRIA,
PERIODONTIA E PRÓTESE**

 **71. 3052-1880**



Do Brasil pra Marte. De Marte pro Oscar

Marte Um, de Gabriel Martins, é o primeiro filme de um diretor negro indicado pela comissão brasileira à seleção do Oscar; há 20 anos o Brasil não tem um filme concorrendo ao prêmio

Texto **Luciana Freire e
Madson Souza**

luciana.santana@metro1.com.br
madson.souza@radiometropole.com.br

É mais fácil sair do Brasil e chegar a Marte ou ao Oscar? O diretor mineiro Gabriel Martins, autor do filme Marte Um, e o personagem de seu longa Deivinho sonham em alcançar lugares distantes. Marte está a 225 milhões de km de distância da Terra e nunca foi visitada por um humano. Já Los Angeles - cidade em que acontece a cerimônia do Oscar - está a 9.754 km de Minas Gerais, cidade de Gabriel.

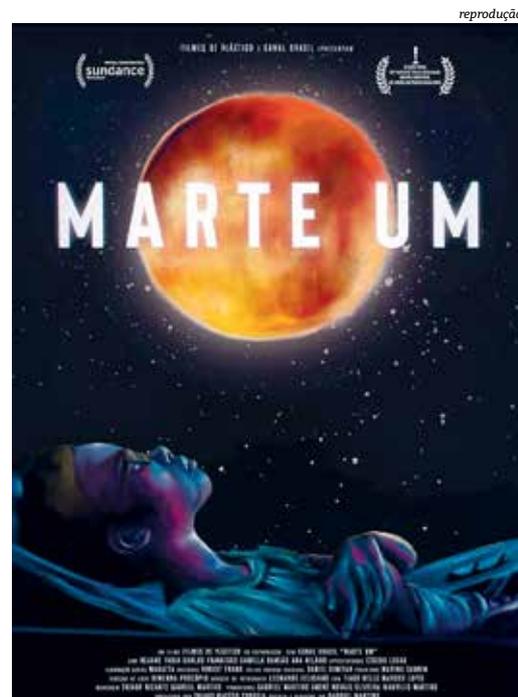
Marte Um é o filme selecionado pelo Brasil para disputar vaga no Oscar 2023. A indicação é um marco: pela primeira vez o trabalho de um diretor negro é escolhido pela comissão da academia brasileira de cinema para representar o Brasil no Oscar.

O melodrama conta a história de uma família negra de classe média baixa que busca seguir seus sonhos em um país que acaba de eleger como presidente um homem de extrema-direita. Questões como afeto, autoestima e sexualidade são personificadas na trama que faz o retrato de uma parte dos brasileiros, sufocada por dificuldades econômicas e políticas.

Para Waldemar Dalenogare, crítico de cinema e membro da Academia Brasileira de Cinema, Marte Um é diferente de outros casos de filmes brasileiros que foram selecionados para representar o país no Oscar. Ele explica que muitas vezes os longas são vistos apenas pela crítica e que isso não aconteceu desta vez.

“Marte um é um daqueles filmes que consegue desde o lançamento gerar bons debates e é um filme de fácil vinculação partilhada pelos brasileiros. Seja

levando em conta a questão política, mas considerando também a questão do sonho e das dificuldades do cotidiano”, analisa o crítico.



reprodução

ESPECIAL



METROPOLE

Pé no chão, cabeça em Marte

Ainda que o longa contenha uma alta qualidade narrativa e estética, Dalenogare comenta que é preciso manter os

divulgação



pés no chão. Mais do que isso, é preciso entender a estrutura da premiação. “O Oscar não é só qualidade. É você conseguir levar uma narrativa nacional a um outro país para muitos votantes que não tem vinculação com o que o brasileiro se importa, coisas que pro brasileiro fazem muito sentido”.

Outro ponto que pesa contra o longa brasileiro é a falta de apoio de uma grande empresa como Amazon e Netflix na campanha de distribuição.

A última indicação do Brasil na categoria foi há 24 anos, com Central do Brasil. Voltar à premiação depois de tanto tempo seria ótimo, claro, mas para Dalenogare o foco é seguir uma etapa de

cada vez e voltar a aparecer na pré-lista, que é divulgada em dezembro.

Mas não é pra desanimar: “Acredito que Marte Um é uma grande inspiração, além do que ele nos estimula a sonhar - chegar onde está, vindo de uma produtora independente, um diretor negro, baixo orçamento, mas tudo feito com muito amor e paixão. É a prova de que com amor dá pra chegar longe”.

Marte está a 225 milhões de km de distância da Terra. Los Angeles está a 9.754 km de Minas Gerais. A gente nem consegue imaginar essa lonjura, mas se Deivinho e Gabriel Martins conseguem sonhar, quem é que vai dizer que não dá pra chegar?

Destaque do esporte

Texto Danielle Campos

danielle.campos@metro1.com.br

Baiano na FIFA

O jovem baiano Luander-son Lima dos Santos foi selecionado para fazer parte do quadro de arbitragem da Federação Internacional de Futebol, mais conhecida como FIFA. A cerimônia oficial aconteceu no último dia 11, na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), no Rio de Janeiro, com direito a muita emoção. “Sou baiano sim, negro, nascido em comunidade, filho de uma empregada doméstica e um vendedor, chegando à

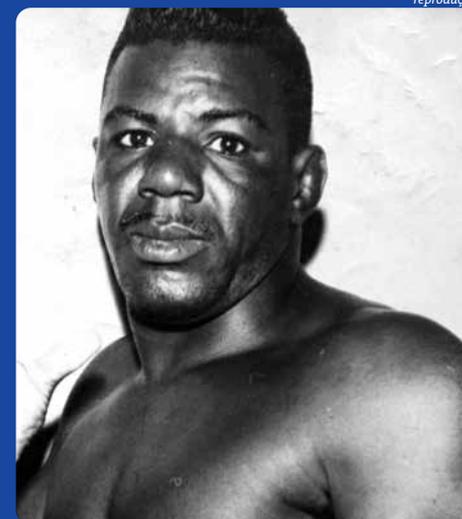
elite da arbitragem mundial. É motivo para tremer, chorar e comemorar bastante, pois sei quem eu sou e exatamente de onde eu vim”, comemorou o árbitro assistente nas redes sociais. Luanderson tem 27 anos, fez parte do projeto social DBAF e, aos 15 anos, passou a integrar a Federação Bahiana de Futebol, a convite do então presidente, Ednaldo Rodrigues, que hoje preside a CBF. Todo sucesso ao nosso conterrâneo!



reprodução/ffifa



divulgação/sudesb



reprodução

Homenagem ao 1º herói negro do esporte no Brasil

Conhecido como o “primeiro herói negro do esporte brasileiro”, Waldemar Santana, natural de Salvador, foi um lutador de boxe, vale-tudo, jiu-jitsu, entre outras diversas modalidades de luta. O atleta, que rivalizou com a família Gracie, inspirou crônicas e ficou marcado na história, agora tem seu nome cravado nas ruas da CBX, com o recém-inaugurado Centro de Treinamento Waldemar

Santana de Boxe e Artes Marciais, localizado nos Mares, gerido pela Sudesb. O local recebe dois dias intensos de lutas com o Boxe Show, que acontece nesta sexta e no sábado, às 19 horas. E não acaba aí! O medalhista olímpico, atual destaque baiano no boxe, Hebert Conceição, estará presente nas competições, como embaixador do evento.



Se ligue na dica

Texto **Christina Miranda**

chistina.miranda@radiometropole.com.br



reprodução

Pra Pensar

“Infiltrado na Klan” é a minha primeira indicação na lista dessa semana. Spike Lee, diretor e co-roteirista é certo ao não se levar tão a sério em uma temática tão profunda e entrega um filme incrível. Não à toa, leva pra casa o Oscar de melhor roteiro adaptado. É a inacreditável história real de um policial negro, um dos raríssimos da corporação nos Estados Unidos nos anos 1970, infiltrado na Klu Klux Klan, a maior organização de supremacistas brancos. Através de cartas, telefonemas, Ron Stallworth (John David Washington) ganha a confiança do líder do grupo. Por motivos óbvios, Ron não pode ir à nenhuma reunião. Aí entra Flip (Adam Driver), um policial branco e judeu. Perigosamente expostos, eles fazem de tudo para sabotar por dentro ataques, linchamentos e outras tantas barbaridades feitas pela seita. Ele diverte, intriga, mas no fim mesmo, faz pensar.

Pra Sonhar

Não sou uma fã ardorosa da Marvel — jovens, não briguem comigo! — mas dito isso, indico, até pra quem também torce o nariz para filmes de super heróis, o “Pantera Negra”. Um dos últimos filmes de Chadwick Boseman, falecido em 2020 depois de



divulgação

uma longa briga contra um câncer. Chadwick está perfeito como T'Challa, um príncipe completo: lindo, forte, justo e admirado. Herdeiro do trono de Wakanda, uma nação isolada e pra lá de avançada. Sem piadinhas desnecessárias, “Pantera Negra” tem cenas belíssimas, figurino de tirar o fôlego e um vilão à altura dos apaixonados pela Marvel. Até as nossas Cataratas do Iguaçu estão lá. O filme tem um olhar muito especial ao criar a nação mais rica e poderosa do mundo, um paraíso tecnológico, que quase ninguém de fora conhece. O motivo é simples: o rei tem medo do que outras nações gananciosas podem fazer com Wakanda caso descubram as suas riquezas. Grandes discussões e também grandes cenas de luta. Vi no cinema mas tem no Disney Plus. Saí, como a maioria, com vontade de gritar “Wakanda forever”. Difícil ficar indiferente e não renovar a crença na humanidade.

ESPECIAL



METROPOLE

divulgação



Pra Rir

Já assiti “Que Mal Eu Fiz À Deus” umas cinco ou seis vezes, nem sei mais. E não vou parar por aí. É simplesmente encantador, uma delícia. E também faz pensar, sonhar e rir. Rir muito por sinal, aviso logo. A comédia francesa — sim eles são ótimos no gênero — conta a saga de um casal conservador, católico com quatro filhas. Sonham com casamentos na Igreja da cidade, igualzinho ao deles. Mas

a mais velha das filhas casa com um muçulmano. A segunda com um judeu. A terceira se apaixona por um chinês. Todas as expectativas são jogadas nas costas da caçula. Pra alegria dos pais o escolhido finalmente é um católico. Mas não é francês. Nem branco. Não vou contar pra não perder a graça, apesar de nunca me cansar de ver. Com leveza trata de temas espinhosos. Lançado em 2014, fez história na França como um dos mais assistidos no cinema. E nem precisa procurar muito, pois está no catálogo da Prime Video.



SALVADOR
PREFEITURA

FESTIVAL SALVADOR CAPITAL AFRO

A POTÊNCIA DA CONEXÃO PRETA

30/NOV — 04/DEZ
CENTRO HISTÓRICO

5 DIAS DE EXPERIÊNCIAS de criatividade, inovação e valorização da cultura negra que você poderá curtir **GRATUITAMENTE.**

WORKSHOPS

RODADAS DE NEGÓCIOS

MENTORIAS

AUDIOVISUAL

EMPREENDEDORISMO

MÚSICA

POLÍTICAS ANTIRRACISTAS

E MUITO MAIS

Acesse e saiba mais sobre o Festival

salvordabahia.com/capitalafro

PRODETUR
SALVADOR



SALVADOR
BAHIA • BRASIL

#pratodosverem: Imagem vertical com fundo preto. Foto de homem negro com rosto virado para o lado. Na parte superior está a marca da Prefeitura de Salvador. No meio, texto: Festival Salvador Capital Afro. A potência da conexão preta. Cinco dias de experiências de criatividade, inovação e valorização da cultura negra que você pode curtir gratuitamente. Logo abaixo, dentro de colunas, temos as palavras: workshops, rodadas de negócios, mentorias, audiovisual, empreendedorismo, música, políticas antirracistas e muito mais. Acesse e saiba mais sobre o festival: salvordabahia.com/capitalafro. No rodapé, marcas de turismo de Salvador, do Prodetur Salvador e do BID. Fim da imagem.